

Sem queda de juros não há déficit nominal zero, afirmam empresários

SANDRA NASCIMENTO
SÃO PAULO

Economia Brasil

Sem redução de juros, não será possível chegar ao déficit nominal zero, como propõe o ex-ministro Delfim Netto. O setor produtivo não suporta mais aumento da carga tributária, chegou a hora do setor financeiro também dar a sua contribuição. Essa é a mensagem que o presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Ivoncy Ioschpe, tem pronta para levar hoje aos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Planejamento, Paulo Bernardo, bem como aos políticos e colegas empresários que estarão presentes ao jantar oferecido por Delfim Netto justamente para debater a proposta.



Paulo Skaf

Ioschpe, também presidente do conselho da Ioschpe-Maxion e simpático à tese do déficit zero, vai acrescentar ao seu discurso que os cortes públicos devem acontecer no custeio da máquina, no combate à corrupção e à sonegação, e não em investimentos.

"Sempre que se fala em ajuste, este acaba sendo feito por aumento da carga tributária e por corte nos investimentos. Esperamos que desta vez a história seja diferente e não se tome decisões que diminuam o dinamismo da economia", disse o diretor-executivo do Iedi, Júlio Sérgio Gomes de Almeida, responsável pelos números que servirão de base às palavras do empresário.

Numa simulação que levou em conta cenários com a combinação juro-câmbio, o Iedi mostra que, com uma Selic de 12% ao ano, associada a um câmbio de R\$ 3,20 por dólar, nos próximos 12 meses, as reduções do custo da dívida resultariam em uma economia de 3% do PIB. "Mesmo num contexto de normalidade (política), haveria muita resistência dos setores produtivos de abrir mão dos recursos, já escassos, se o setor financeiro, que vem registrando lucro após lucro, não colaborasse."

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, outro líder empresarial que deverá marcar presença hoje em Brasília, o principal destaque a ser dado à reunião de hoje é justamente o fato de o governo debater a questão com o setor privado. Para ele, o setor público precisa seguir o exemplo do setor produtivo.

"Há 10 anos o governo federal não faz nenhum esforço no sentido de ganhar eficiência e produtividade, ao contrário da indústria. Nesse período, aumentamos em 120% nossa produtividade e reduzimos custos com pessoal não ligado à produção". Para ele, é necessária a tomada de medidas urgentes nesse sentido, caso o País queira sair do círculo vicioso: "governo gasta mais, aumenta os impostos para fazer frente aos gastos, que por sua vez geram mais informalidade, que provocam mais inflação, que causam mais juros..."

O Iedi elaborou três cenários hiptéticos para os próximos 12 meses, com o objetivo de medir os efeitos da taxa de juros e do câmbio sobre o custo financeiro do setor público. O primeiro desses cenários leva em conta uma taxa Selic de 12% ao ano, associada a uma taxa de câmbio de R\$ 3,20 por dólar. O segundo associa uma taxa Selic de 14% ao ano com uma taxa de câmbio de R\$ 3,00 por dólar e o terceiro considera a taxa Selic, atualmente em 19,75%, e uma taxa de câmbio próxima à

média nos últimos meses, de R\$ 2,45. A última combinação, diz o Iedi, equivale à que a atual política econômica "escolheu" como ideal.

Quanto ao custo de juros, ou seja, o custo anualizado da dívida, a diferença entre o primeiro cenário e o terceiro (atual vigente) seria de R\$ 61 bilhões a menos. Em percentagem do PIB projetado para os próximos 12 meses, essas reduções do custo da dívida resultariam em economias expressivas: no primeiro caso (juros a 12% ao ano), chegaria a 3% do PIB.

A síntese dos impactos, continua o Iedi, mostra que uma menor taxa Selic proporcionaria uma diminuição significativa no déficit público ainda que houvesse um impacto maior da desvalorização cambial. Sempre considerando o par juro-câmbio correspondente à orientação da política econômica atual (terceiro cenário), na primeira alternativa, vale dizer, no par combinação taxa Selic de 12% e câmbio de R\$ 3,20 por dólar, haveria redução no déficit público de quase R\$ 32 bilhões.

São esperados hoje em Brasília os seguintes empresários, além de Ioschpe e Skaf: Antônio Ermírio de Moraes, Antônio Ernesto de Salvo, Benjamin Steinbruch, Jorge Gerdau, Márcio Cypriano, José Safra, Pedro Moreira Sales, Roberto Setúbal e Rogelio Golfarb.

Os senadores são Aloizio Mercadante (PT-SP), Delcídio Amaral (PT-MS), Fernando Bezerra (PTB-RN), Renan Calheiros (PMDB-AL), Rodolpho Tourinho Neto (PFL-BA) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Representarão a Câmara dos Deputados, além do Delfim Netto, Armando Monteiro (PTB-PE), Carlito Merss (PT-SC), Custódio Mattos (PSDB-MG), Delfim Netto (PP-SP), Eliseu Resende (PFL-MG), Fernando Gabeira (PV-RJ), Francisco Dornelles (PFL-RJ), João Almeida (PSDB-BA), Júlio Semeghini (PSDB-SP), Pauderney Avelino (PFL-AM) e Roberto Brant (PFL-MG).